

ANTE MARX

CAPITALISMO E TEORIA DA HISTÓRIA

Georg Augustin de Zeevald

ANTE MARK

DE COLÔNIA E TEORIA DA HISTÓRIA

C253a

3335/BC

Campinas - 1979

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
BIBLIOTECA CENTRAL  
UNICAMP

Classif. T
Autor C254a
V. Ex.
Ex.
Tombo BC/ 3335

CM-00029058-9

Colaboração financeira durante a fase  
inicial de pesquisa: Fundação de Amparo  
à Pesquisa do Estado de São Paulo/Fapesp.

Dissertação de Conclusão apresentada ao  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Estadual de Campinas,  
Unicamp, 1979.

## ÍNDICE

introdução,	1
o discurso da ciência: história e capitalismo,	3
o discurso do alchamador,	4
o discurso da história: o presente e a história,	13
o discurso de Marx,	16
discussões,	51
reflexões: saber e contemporaneidade,	67
bibliografia,	68

Aos cidadãos do mundo,  
vítimas durante a luta  
- inglória -  
de construir Utopias

In Memoriam

"La Historia

(que, a semejanza de cierto  
director cinematográfico,  
procede por imágenes discontinuas..."

Jorge Luis Borges

## I N T R O D U Ç Ã O

Iniciada a pesquisa nos preocupava a intensa discussão sobre Althusser. Com sua leitura, Althusser nos espantou. Como críticos (marxistas) refutávamos os argumentos extremamente coerentes com frágeis verdades. Hoje, ~~quando encerrado os capítulos finais desta~~ dissertação, Althusser é o grande ausente no meio acadêmico. As novas verdades e utopias prescindem do filósofo francês?

Os ensaios referentes à leitura althusseriana de Marx remetem a textos antigos. Desconheço (hoje) o pensamento althusseriano.

..

Pretender estruturar o discurso do conhecimento, seja científico ou literário, a partir de categorias pré-estabelecidas, implica numa hierarquização empobrecedora deste mesmo discurso. O estilhaçamento do texto, partículas informativas registradas no papel, o ensaio mínimo, mini-ensaios. Esta uma das questões postas pelo saber contemporâneo.

..

Na leitura hegeliana do marxismo, o núcleo estruturador racional é a representação da prática humana; o trabalho, as forças produtivas refletem ao desenvolvimento (contraditório) das sociedades. Concepção de marxismo bastante comum. Todavia, este núcleo estrutural oculta os dilemas do "presente como história". Não discutiremos senão este aspecto do materialismo. Considerar a História como presente da sociedade capitalista (o passado só tem interesse na medida mesma de seu espelhamento na representação do presente) tem a vantagem de colocar o discurso da Ciência frente a seus próprios dilemas.



Já na leitura althusseriana, não há um único polo de estruturação do mundo que a Ciência não substitua. O discurso do conhecimento é um círculo vicioso: seu objeto é a própria Ciência. Levando a Razão a seus últimos limites o perigo é apontar para outros tipos de discurso, outros tipos de conhecimento que escapam aos esquemas conceituais da ratio imperante: o conhecimento como jogo, o além da sociedade moderna, refletindo as "marcās da socialização" no mundo. Para os filósofos recoloca-se a questão do Ser.

.-.

Sem a contribuição direta de meus filhos, Monica e Renato, e Betty, minha mulher, a conclusão tornar-se-ia angustiante. Registro minha gratidão. Aos demais amigos - colaboradores, agradeço mantendo-os no anonimato.

São Paulo / 1979

O DISCURSO DA CIÊNCIA:

HISTÓRIA E CAPITALISMO

## O DISCURSO DE ALTHUSSER

A resultante da concepção histórica de Althusser é toda ela traçada pela invisibilidade de uma distinção fundamental, a diferença entre objeto real e objeto do conhecimento. Mesmo quando detectada, poucos perceberam sua importância<sup>(1)</sup>. Saber distinguir o objeto real do objeto pensado, discernir claramente suas ordens internas é encontrar os fundamentos científicos do materialismo histórico. Sem a distinção tornamo-nos presa da tentação empirista e/ou formalista.

O objeto real: a história concreta, a ação dos homens em suas dimensões política, ideológica, econômica, artística, etc., a realidade produzindo a si mesma, estruturando suas formas e modos de ser mediante o jogo combinatório das totalidades parciais configuradas nas praxis humanas existentes. A realidade criando seu objeto e nele inscrevendo a sua ordem, gerando sua hierarquia. Como objeto de conhecimento, a realidade transfigura-se. Apropriar o real cientificamente é des-ordenar as coisas. O real busca seus próprios caminhos e sua própria história. O pensamento enquadra-o na disciplina da Ciência. Objetos diferentes, ordens hierárquicas diferentes. Ninguém está autorizado a torná-las coincidentes.

Althusser nos coloca frente a frente com a ruptura. Não há História em geral. As histórias existem e se definem pela combinação das diferentes estruturas.

Formados na leitura das obras de Economia Política, habituados a afirmar a História como apreensão da ordem inscrita diretamente nas coisas e, deste modo de ler, erigir o conceito de Razão,

---

(1) Exceção feita a Giannotti ("Contra Althusser", Revista TEORIA E PRÁTICA, nº 3, Abril de 1968).

sentimos ruir o edifício ideológico quando confrontado aos argumentos althusserianos. Ruínas as bases redescobrimos Marx. Na redescoberta, a fragmentação. Daí a insistência de Althusser sobre as diferentes histórias e a sua própria crença na História-Ciência?

Ciência/Ideologia, binômio que se esclarece na e pela distinção dos objetos. Enquanto a segunda legitima-se nas inscrições aparentes e visíveis do real, a Ciência vai buscar seu fundamento e razão de ser na elaboração de seu próprio objeto, no processo de produção do conhecimento. Os contornos sutis e obscuras que marcam as diferenças ganham traços distintivos: todo conhecimento que se identifica com o real, que procura validar-se pela ordem do mundo real, confunde-se com a coisa, petrifica-se, é conhecimento ideologizado. Todas as categorias que postulam a identidade entre consciência e ciência, "onde a ciência existe na forma imediata da consciência" (PLC, 135)<sup>(1)</sup>, são categorias ideológicas.

Hegel, ao confundir a gênese do real com a gênese do conhecimento foi vítima da ilusão empirista. Marx, ao estabelecer as diferenças, funda as bases do materialismo histórico: "o método que consiste em levar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto" (Marx).

#### História e Ciência

Ciência em constituição, o materialismo histórico necessita expurgar todas aquelas idéias que, em Marx, podem "apoiar uma

---

(1) As referências bibliográficas encontram-se no final do volume.

leitura historicista" (PLC,132). A base desta leitura é um equívoco de Marx que pode ser sintetizado na concepção da "contemporaneidade" do "presente histórico". A "contemporaneidade" espelha a hegelianidade contida na definição do objeto da ciência como objeto histórico. A Ciência se transforma em "ciência em si", e o historicismo se traduz em empirismo. Ligada ao presente do saber absoluto (onde "a consciência e a ciência se fazem única, onde a ciência existe na forma imediata da consciência onde a verdade pode ser lida, a livro aberto, nos fenômenos") a Ciência é Ideologia.

Todo objeto científico definido como dado historicamente, presente que existe tanto no cérebro quanto na realidade, implica, forçosamente, na concepção da Ciência enquanto possibilidade histórica. Só quando o real permitir a sua apreensão imediata pela consciência, quando os fenômenos puderem ser lidos em sua realidade empírica é que poderá haver uma Ciência, mas uma Ciência enquanto auto-crítica do presente (PLC,134/7).

Ler Marx rigorosamente é expurgá-lo do historicismo, compreender a diferença entre o seu objeto científico e o seu discurso ideológico.

#### Ciência e Ideologia

A Ciência fundada por Marx marca, no próprio ato de sua fundação, a ruptura com a problemática ideológica anterior. Este momento, histórico, está documentado por Engels que nos dá, "em termos próprios, o primeiro esboço teórico do conceito de ruptura" (PLC,166). Engels compara, neste documento, a revolução teórica ocorrida na Química com a realizada por Marx: Priestley e Scheele descobrem, em

pleno período de dominação da teoria flogística, um gás estranho que o primeiro chama de ar desflogistizado e o segundo de ar ígneo. Ambos haviam descoberto o oxigênio mas, "apegados às categorias flogísticas anteriores", o elemento chamado a "revolucionar a química estava condenado à esterilidade". Conhecendo a nova realidade, Lavoisier "investigou toda a química flogística. Onde os outros viam uma solução ele viu um problema".

O mesmo ocorre com Marx. Foi graças ao conceito de mais-valia que Marx desenvolveu a crítica da Economia Política. Sem possuir seu conceito, os economistas o utilizavam de forma confusa. Onde os outros viam uma solução, Marx viu somente um problema, Marx

viu que aqui não se tratava nem de ar desflogistizado nem de ar ígneo, mas sim de oxigênio; que não se tratava nem da simples comprovação de um fato econômico corrente, nem do conflito deste com a eterna justiça e a verdadeira moral, mas sim de um fato que estava a chamar toda a economia e que dava — a quem soubesse interpretá-lo — a chave para compreender toda a produção capitalista. À luz deste fato, (Marx) investigou todas as categorias anteriores a ele, da mesma maneira que Lavoisier havia investigado, à luz do oxigênio, todas as categorias anteriores da química flogística. Para saber o que era a mais-valia, tinha de saber o que era o valor. E o único caminho que se podia seguir era o de submeter à crítica, sobretudo a teoria do valor de Ricardo. E assim, Marx investigou o trabalho em sua função criadora de valor e

esclareceu pela primeira vez qual trabalho e porque e como cria valor, descobrindo que o valor não é outra coisa senão este tipo de trabalho cristalizado. Depois Marx investigou a relação entre a mercadoria e o dinheiro e demonstrou como e porque, graças à qualidade de valor a ela inerente, a mercadoria e a troca de mercadorias tem necessariamente que engendrar a antítese de mercadoria e dinheiro; sua teoria do dinheiro, fundamentada sobre esta base, é a primeira teoria completa, hoje tacitamente aceita por todo mundo" (apud Louis Althusser, PLC 163/4).

"Esta revolução teórica, visível na ruptura que separa uma ciência nova da ideologia da qual nasce, repercute profundamente no objeto da teoria que também é, no mesmo momento, o lugar de uma revolução e se transforma propriamente num objeto novo" (PLC, 170). Nesta revolução, silenciosamente anunciada por Marx na INTRODUÇÃO DE 57, radica a diferença entre o objeto do conhecimento e o objeto da representação imediata.

#### A História - Ciência

A importância do pensamento althusseriano consiste em ter introduzido no interior do marxismo o jogo das rupturas, e, entre elas, a da História. À inteligência se abrem novos espaços: a História se define pela combinação das estruturas. O perigo é centrar as combinações numa única estrutura: a do saber científico.

Na revolução teórica de Marx o importante é nomear a diferença entre o objeto científico e a ideologia anterior. O resultado,

a elaboração do objeto do conhecimento, é atribuir novas significações à tese materialista da primazia do real sobre o pensamento. Esta problemática é retomada por Althusser num texto de esclarecimentos teóricos ("Sur le Travail Théorique") onde se expõem os mecanismos nos quais se cruzam a história real com o pensamento científico: os conceitos teóricos, isto é, os conceitos não existentes enquanto concretos (por exemplo, o conceito de modo de produção) são, de um lado, indispensáveis à compreensão do objeto real mas, por outro lado, só se confirmam e enriquecem pelos conceitos empíricos. Estes últimos, chamados de empíricos por falta de melhor termo, não se confundem com a imediatez do real, pois eles já se apresentam como resultado de um processo de conhecimento anterior. Desta combinação entre conceitos empíricos e teóricos, se instaura o processo de produção do conhecimento.

A garantir a primazia do real está a combinação das estruturas de conhecimento: na relação entre o teórico e o empírico (entre o conceito de "modo de produção" e o de "formação social" por exemplo) não há qualquer relação de exterioridade, subsumção ou mesmo dedução (SLT, 5). Por outro lado, descarta-se a possibilidade do empirismo: os objetos concretos só são passíveis de conhecimento quando se recorre à Teoria Científica (SLT, 7).

### A Ciência e a História

Se o ato de fundação da Ciência é a elaboração dos conceitos teóricos, do objeto formal, para a Teoria da História ganha relevo a discussão sobre o objeto formal "modo de produção": "o conceito de 'modo de produção' e os que a ele estão vinculados em forma imediata



aparecem assim como os primeiros conceitos abstratos cuja validade não se encontra como tal, limitada a tal período ou a tal tipo de sociedade - de, mas, pelo contrário, dele depende seu conhecimento concreto. Daí a importância de definir estes conceitos no nível de generalidade que possuem, isto é, de colocar alguns problemas que, desde Marx, mantem em suspenso a ciência da História." (Balibar, PLC, 219).

Os elementos que permitem construir o conceito de modo de produção originam de duas relações básicas, a relação de propriedade entendida enquanto relação social de produção e a relação de apropriação real. Ambas, por sua vez, são o resultado da estruturação de tres elementos invariantes: a) o trabalhador, a força de trabalho; b) os meios de produção, objetos e meios de trabalho e c) o não-trabalhador que se apropria do trabalho excedente. Mesmo sendo resultado dos mesmos elementos, a relação de apropriação real e a relação de propriedade não se identificam porque a primeira designa o processo de trabalho "na apropriação individual de objetos da natureza", enquanto a segunda, a relação de propriedade, designa a intervenção direta das classes sociais no processo de produção.

Na relação de apropriação real, no processo do trabalho, Marx "não faz intervir de modo nenhum ao capitalista como proprietário, mas somente ao trabalhador, ao meio de trabalho, ao objeto de trabalho"; na relação de propriedade é o próprio pressuposto do modo de produção capitalista que intervem: "o capital é proprietário de todos os meios de produção e de trabalho, por conseguinte, é proprietário do produto integral" (Balibar, PLC, 233/242).

Ainda que tomados do sistema de produção capitalista, as

relações de propriedade e de apropriação real estão presentes em qualquer tipo de sociedade. Balibar compara-as na estrutura de produção capitalista e na estrutura de produção feudal: no primeiro caso há "coincidência 'no espaço e no tempo', simultaneidade do trabalho e do trabalho excedente" enquanto que, na sociedade feudal, não (Idem, 242).

Dessa forma, o problema que se coloca é exatamente o de se considerar tanto o processo de apropriação real quanto o de relação de propriedade tomados enquanto generalidades abstratas. Estes dois processos não corresponderiam à "má abstração" criticada por Marx? Enquanto generalidades, estes processos podem corresponder a determinações específicas da sociedade burguesa e, como tal, válidas somente no interior das relações histórico-determinadas.

Na auto-crítica ao texto de LIRE LE CAPITAL Balibar aponta o principal "desvio" de suas considerações teóricas no que diz respeito às tentativas de formular os conceitos gerais. Como consequência Balibar indica o fato dos conceitos gerais anteciperem o conteúdo das formações históricas concretas, tornando estas "formações sociais" apenas a "'realização' particular e concreta" da generalidade abstrata 'modo de produção' ("Sur le materialisme historique", 230/1). Como forma de evitar estas antecipações, considera os conceitos teóricos e genéricos não mais como uma teoria geral, mas apenas como orientação para a problemática: "em realidade, os conceitos gerais (ou formais) de Marx... não fazem senão indicar e de alguma maneira orientar formalmente... a problemática geral (digo problemática e não teoria) do 'materialismo histórico'" (Id., 231).

Sem questionar a natureza de seus conceitos-chaves, o

ponto crítico do marxismo althusseriano se mantem: se os conceitos gerais constituem os pilares mestres da teoria geral, agora considerada não mais teoria mas orientação da problemática, como eles se constituem? São generalidades abstratas totalmente desprovidas de historicidade e, portanto, independentes do real, ou são conceitos teóricos confirmados pelo objeto real?

...

Inúmeros são os momentos em que Balibar e Althusser referem-se à inexistência ou mesmo à impossibilidade de se pensar conceitualmente a história em geral. Da mesma forma referem-se ao conceito de produção em geral: "a produção em geral, a produção abstrata, não existe, mas somente tal e qual conjunção-combinação concreta-real de modos de produção hierarquizados nesta ou naquela formação social determinada" (SLT, 5). Ainda que a "produção" só exista em quadros históricos determinados é a sua generalidade que permitirá constituir o objeto do conhecimento.

A veracidade da tese althusseriana, o objeto do conhecimento em suas determinações formais-abstratas, depende todavia da resolução de problemas colocados pela própria História. Em que medida a relação de apropriação real e relação de propriedade — generalidades abstratas — não estão marcadas em sua própria natureza pelos signos da sociedade capitalista?

Reconhecer os limites da representação implica, por sua vez, em eliminar a possibilidade de transformar a Ciência no universal: os conceitos valem apenas para a época na qual se originam. O dilema para a Ciência do Social começa quando se revela a impossibilidade de

generalizar História.

Marx não ignora os limites da sua prática científica. Na INTRODUÇÃO DE 57 (o novo discurso do método) eles estão nitidamente traçados: o trabalho em geral, "a abstração mais simples que a Economia Moderna situ em primeiro lugar e que exprime uma relação muito antiga e válida para todas as formas de sociedade, só aparece nesta abstração praticamente verdadeira como categoria da sociedade mais moderna" (PAC, 125/6, grifo meus). Fundado na abstração mais simples, o trabalho, o método científico revela-se limitado ao período em que a História se articula na dominância da estrutura da produção. Daí a crítica aos economistas burgueses que fundavam a História nas pretendidas leis gerais da produção. A Ciência do Social ao fundar seu discurso no sistema das representações da estrutura de produção, delinea as fronteiras de seu próprio objeto. A História só existe quando as relações entre homens forem mediadas pelo trabalho.

Mesmo conhecendo os limites históricos de seu método, Marx não deixa de seduzir-se pela universalidade. "A História é a história da luta de classes", conhecida frase do Manifesto Comunista utilizada para validar o materialismo como a Ciência geral da História. O desenvolvimento contraditório das forças produtivas e das relações de produção é o eixo entre os vários tipos de sociedades atribuindo-lhes um caráter de continuidade lógica-histórica: "em grandes linhas, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burgues moderno podem ser qualificados de épocas progressivas da formação social econômica" (Préface à Contribuição, 1859).

Estes dois exemplos, tomados ao acaso da obra de Marx,

ilustram a ambiguidade de seu discurso. De um lado, História e Capitalismo se identificam (presente como história), de outro, o conhecimento revela-se supra-histórico.

Ignorada por Althusser, a ambiguidade resolve-se na supra-historicidade da Ciência; a única condição do marxismo constituir-se Ciência é tornar os conceitos gerais resultados de um processo intelectualivo.

..

Na história do saber contemporâneo Althusser ocupa posto importante. Ao ler Marx com os olhos no mundo contemporâneo e exigir da Ciência o máximo de coerência, instituiu no interior do marxismo a noção de ruptura da História. Não existe a história em geral, o que existe é o tempo histórico definido pela combinação das estruturas. O erro de Althusser consistiu em não questionar a própria prática científica e colocar na Ciência a responsabilidade do conhecimento:

"A História forma para as ciências humanas um meio de acolhimento e um tempo privilegiado e perigoso. A cada ciência do homem dá ela um fundo que a estabelece, lhe fixa um solo como que uma pátria, e determina a área cultural — o episódio cronológico, a inserção geográfica — a de se pode reconhecer validade a esse saber; mas ela cerca essas ciências de uma fronteira que as limita e arruína logo de início a pretensão de elas tem de valer no elemento da universalidade." (As Palavras e as Coisas, Foucault).

..

O DISCURSO DA HISTÓRIA:

O PRESENTE COMO HISTÓRIA

O DISCURSO DE MARX

Marx, em inúmeras passagens de sua obra, especialmente na INTRODUÇÃO DE 57 e no CAPITAL, refere-se à necessidade de considerar os conceitos abstratos (gerais) como ponto de partida de explicação da História. No projeto para redação definitiva de O CAPITAL, aos conceitos gerais dever-se-ia dedicar um capítulo: "as seções a adotar devem evidentemente ser as seguintes: 1ª as determinações abstratas gerais, que convêm a todas as formas de sociedade" (PAC,128).

A mesma problemática encontra-se no CAPITAL, onde o capítulo quinto é o exemplo clássico: a produção "não muda sua natureza geral por se levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob seu controle. Por isso temos inicialmente de considerar o processo de trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada" (K1,202).

No entanto, o sentido destas representações como elementos próprios da estrutura conceitual é fixado. Os conceitos gerais, apesar da universalidade, só tem validade para um determinado e histórico quadro social. As observações sobre a categoria trabalho, a "mais simples e mais antiga em que entram os homens em qualquer forma de sociedade" é esclarecedora; na sua simplicidade e abstração o trabalho revela, ao mesmo tempo, um caráter profundamente histórico que limita sua validade geral.

O exemplo da categoria trabalho "mostra de uma maneira muito clara como até as categorias mais abstratas — precisamente por causa de sua natureza abstrata —, apesar de sua validade para todas as épocas, são contudo, na determinidade desta abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para

estas condições e dentro dos limites destas" (PAC, 126).

A discussão sobre este tipo de representação nos coloca os limites do discurso de Marx.

..

#### Premissas do processo de produção

O elemento formador da relação social capitalista é, em seu mais alto grau de abstração, a relação mercantil. Apreender os mecanismos desta relação implica em analisar as relações sociais deduzidas de sua estrutura básica, a capitalista. Analisar a mercadoria e o dinheiro é descobrir o elemento ontológico da formação da sociabilidade capitalista. O valor, produtor e produto do processo de troca, é o elemento que põe os traços desta sociabilidade ao mesmo tempo em que a diferencia das demais.

A trama da sociabilidade consiste em explicar como proprietários privados e independentes podem vir a constituir uma relação social. Constatar a independência dos proprietários significa afirmar que a sociabilidade só existe enquanto resultado de um determinado processo. Este processo, de um lado, instaura o fundamento da ideologia burguesa: a esfera da circulação simples das mercadorias ou processo de trocas aparece como "um verdadeiro paraíso dos direitos inatos do homem" (K1, 196); por outro, aparece como "uma simples manifestação de um processo mais profundo"; o processo de produção do capital industrial ("Fragment", 231).

Enquanto independentes, os proprietários só se relacionam quando trocam seus produtos, transformando-os em mercadorias. A garantia da sociabilidade é a constante produção de mercadorias. Produ-



zida e mantida sob a mediação da coisa útil, a sociabilidade assume caráter fetichista: "a posse de coisas é uma condição para o estabelecimento de relações de produção diretas entre as pessoas, parece que a própria coisa possui a capacidade, a virtude, de estabelecer relações de produção" (Rubin, 69).

Na circulação simples, completar o circuito compra-venda de mercadorias é satisfazer as necessidades dos agentes produtores. Não importa o destino da mercadoria adquirida, se consumida enquanto meio de produção ou meio de consumo individual. Vende-se uma mercadoria para adquirir-se outra mercadoria.  $M-D-M$  sintetiza todas as funções do processo. O ponto de partida,  $M$ , identifica-se formalmente com o ponto de chegada,  $M$ , mas qualitativamente diferente.

Ao entrar em cena a figura do trabalhador assalariado, toda a fórmula se altera: o objetivo é a valorização.  $D-M-D$  é a fórmula do processo de transformação do dinheiro em capital. Não há diferenças formais ou materiais entre o ponto de partida e o termo final; a diferença é puramente quantitativa e sua fórmula completa  $D-M-D'$ , dinheiro-mercadoria-dinheiro excedente, é a fórmula da transformação do dinheiro em capital (K1, 169/70).

O relacionamento, para Marx dialético e necessário, das diferentes formas de transformação do dinheiro em capital evidencia, na sociedade burguesa, a desigualdade instaurada a partir das leis mercantis, as mesmas que asseguram a igualdade dos proprietários de mercadorias: o modo capitalista de apropriação surge da aplicação das leis, não de sua transgressão (K1, 681).

Cumprido os atos de compra e venda, premissa do processo

de produção trata-se agora de efetivar a transformação das mercadorias adquiridas em mercadorias acrescidas de valor. No resultado final deste processo o valor inicialmente investido está acrescido do valor da força de trabalho não paga, a mais-valia, ambos materializados nas novas mercadorias que, ao retornarem ao processo de circulação, transformam-se em capital.

Iniciado sob determinadas premissas o processo de transformação tem consequências que alteram a natureza de seus elementos componentes. A força de trabalho e os meios de produção, comprados no primeiro momento com o dinheiro do capitalista, isto é, o capital originário, no segundo momento são compradas com o próprio resultado de seu trabalho, o trabalho excedente não pago, a mais-valia. Portanto, o capital adicional contém valor derivado exclusivamente do trabalho alheio não pago; as novas mercadorias, necessárias a um segundo processo de produção, são adquiridas com a mais-valia produzida.

Sob a aparência da troca de igualdades, revela-se o mecanismo das contradições sociais: a compra da força de trabalho, compra efetivada inicialmente com o capital primitivo, se deu sob as leis mercantis da circulação, leis que pressupõem a livre disposição dos agentes em alienar suas propriedades e a igualdade jurídica entre eles. Nesta medida o fundamento da relação é a troca de equivalentes. Com a aquisição de mercadorias para um segundo processo produtivo, o capitalista continuará, na esfera da circulação, comprando e vendendo mercadorias pelos seus respectivos valores. Este ato, originário, de conversão do dinheiro em mercadorias é o único que se mantém nos limites definidos pelas leis da apropriação mercantil; o capitalista

adquire mercadorias com o dinheiro obtido por seu próprio trabalho, depois, com a apropriação do trabalho alheio, compra novas mercadorias. Na esfera da circulação, na superfície da sociedade burguesa, mantém-se a equivalência. Como "manifestação de um processo mais profundo", revela-se apropriação de trabalho alheio, o capital industrial ("Fragment", 231).

Ao produzir capital, a separação do trabalhador de seus meios de existência torna-se efetiva. Impossibilitado de apropriar-se do produto de seu próprio trabalho, o trabalhador é obrigado a reiterar a venda de sua mercadoria. Esta separação, entre propriedade e trabalho, é "consequência necessária de uma lei que claramente derivava da identidade entre" o capitalista e o trabalhador (K1, 679):

Se uma das condições históricas para efetivar-se o processo capitalista de produção era o trabalhador estar dissociado de qualquer tipo de propriedade, com o final do primeiro processo produtivo, a separação da propriedade torna-se condição de existência; de puramente casual, a separação da propriedade transformou-se em necessidade vital para a existência da própria sociedade capitalista,

Na reiteração do processo, o trabalhador re-vende sua força de trabalho e a transforma no meio de valorização da propriedade alheia. Em conjunto, o processo capitalista é produção e reprodução de seus elementos: "A produção capitalista, produz não só mercadoria, não só mais-valia; produz e reproduz a relação capitalista: de um lado, o capitalista e do outro, o assalariado" (K1, 673).

A trama da sociabilidade capitalista revela-se nesta relação: as figuras sociais, trabalhador e capitalista, são postas como

resultado do processo produtivo. As marcas da sociabilidade só se revelam após o encontro, primeiro casual depois necessário, do trabalhador e do proprietário do dinheiro. Processo cíclico de produção e reprodução, o trabalho, seu fundamento, revela-se protoforma de praxis social. Todavia, a determinação histórica desta praxis limita-se ao tempo histórico da sociedade burguesa e ao seu tipo de racionalidade.

#### Trabalho em geral: categoria burguesa

No CAPITAL, quinto capítulo, Marx considera como ponto de partida de sua análise o conceito de processo de trabalho: "a produção de valores de uso não muda sua natureza geral por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob seu controle. Por isso, temos inicialmente de considerar o processo de trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada." (K1, 202). No momento inicial, o trabalho se define como uma relação do homem frente à natureza; do ponto de partida geral, a representação revela-se conceito histórico, determinidade abstrata: "o processo de produção quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias; quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir mais-valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista da produção de mercadorias" (K1, 222).

A História, entendida como presente, contemporaneidade das relações mercantis, restringe a validade do método científico. O passado só pode revelar-se História se nele estiver contido a relação produzida pelo processo de trabalho. A mercadoria, o dinheiro, enfim as relações mercantis passam a ser a própria História em movimento. O passado só tem História quando suas formas espelham-se, ainda que

estioladas, no presente da sociedade burguesa: "a sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção. As categorias que exprimem suas relações, a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não superados ainda, continuam arrastando, enquanto que meros indícios anteriores desenvolveram nela sua significação plena, etc. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco" (Elementos I, 26 e PAC, 126).

Nos ELEMENTOS e no CAPÍTULO INÉDITO encontramos a mesma concepção: as abstrações gerais se revelam parte de um processo histórico, "abstrações reais": o processo de trabalho é uma decorrência da perda das determinações histórico-sociais do capital. Ao penetrar no processo produtivo o capital assume as determinações formais dos valores de uso, as determinações de produção consideradas in abstrato.

#### O processo de trabalho

Como unidade do processo de trabalho e de produção, o capital reveste uma dupla forma de valor: valor de uso e valor de troca. No processo de trabalho, as mercadorias adquiridas como meios de produção recebem "determinações formais" originárias da posição que ocupam no processo: instrumento de trabalho de um lado e matéria-prima do outro. Como meios objetivos de produção, constituem-se em condições objetivas do processo de trabalho. A força de trabalho, agora integrante do processo produtivo de capital, constitui sua condição subjetiva.

Enquanto valores de uso a operarem como matéria-prima e instrumentos de trabalho, o destino dos meios de produção é sua

transformação em produtos pela ação direta do trabalho vivo. Consumidas no processo de trabalho, a objetividade do capital (meios de produção) e a sua subjetividade (o próprio trabalho), as diferenças são superadas e objetivadas em nova substância. Neste processo de eliminação e superação das diferenças "o próprio capital se transforma em processo" (Cap. VI, 238).

Considerado enquanto valor de uso no processo de trabalho, o capital decompõe-se em meios de produção, diferenciados conceitualmente como matéria-prima e instrumentos de trabalho (condições objetivas) e o trabalho ou capacidade de trabalho (condições subjetivas). Do ponto de vista global, o processo de trabalho, enquanto "interação viva de seus elementos objetivos e subjetivos", "se apresenta como a forma total do valor de uso, isto é, como a forma real do capital no processo de produção." (Cap. VI, 9).

Em sua forma real, enquanto processo de trabalho, os elementos componentes do capital, determinados conceitualmente, "são os do processo de trabalho em geral, os de todo processo de trabalho, qualquer que seja o nível de desenvolvimento econômico e o modo de produção sobre cuja base se efetua" (Cap. VI, 10).

As categorias gerais são, portanto, produtos históricos. Esta mesma natureza impede considerá-las como elementos explicativos de outras formas sociais que não a capitalista. Matéria-prima, instrumentos de trabalho e trabalho, elementos componentes da representação processo de trabalho, resultam de fato histórico do processo produtivo colocar em relação o trabalho vivo e o trabalho objetivado. Só quando assume as formas naturais dos valores de uso no interior do processo

produtivo é que este mesmo processo se apresenta como geral. Porém, mesmo esta apresentação geral pressupõe a existência histórica do trabalho vivo enquanto elemento independente dos meios de produção, isto é, só quando o trabalho vivo aparece como elemento dissociado da propriedade, e a possibilidade universal de criar riqueza, é que se torna possível pensar a História como o desenvolver-se desta relação.

Trabalho vivo e trabalho objetivado, desta relação se efetivam os mais diversos processos de trabalho. Todavia, mesmo como condição natural de existência, o trabalho nas sociedades pré-capitalistas tem outro ordem de relacionamento que o distingue da forma de produção capitalista<sup>(1)</sup>.

Não é exagero afirmarmos que a representação geral, trabalho, posta pela análise marxista da produção burguesa, destaca os elementos comuns e presentes tanto na sociedade burguesa quanto nas formas de propriedade pré-capitalistas. Mesmo o comum, contudo, oculta a diferença. Enquanto a análise do processo de trabalho na sociedade burguesa revela a independência dos elementos que o compõem, as demais formas de propriedade caracterizam-se pela sua união. Marx não estaria correto quando afirma que a sociedade mais desenvolvida permite compreender as antigas ainda que cum grano salis?

Por outro lado, considerar o processo de trabalho, enquanto forma real de produção de capital, a substância genérica de toda

---

(1) Para a liberdade de remeter o leitor à análise feita por Marx sobre as formas de propriedades pré-capitalistas onde trabalho vivo e trabalho objetivado integram, como pressupostos naturais, orgânicamente vinculados, a comunidade (Elementos I, 433/477).

e qualquer sociedade, sem levar em conta o pressuposto histórico que permite a relação do trabalho vivo com o trabalho objetivado, significa hipostesiar a análise perdendo-se a necessária unicidade do processo de trabalho com o processo de valorização<sup>(1)</sup>. Com base na separação entre processo de trabalho e processo de valorização, determinadas correntes do marxismo estabelecem as leis gerais do materialismo histórico.

\*\*\*

No processo de produção, o capital diferencia-se de si mesmo, de sua forma social. Na sua forma real compõe-se de matéria-prima e instrumentos de trabalho, isto é, trabalho objetivado. Mas esta sua substância aparece também de modo distinto: aparece sob a sua forma natural de existência. Ao trabalhador pouco importa serem os instrumentos de trabalho e a matéria-prima resultados de um processo de trabalho anterior. Estes elementos são tomados pelo trabalho, e entram no processo, apenas enquanto existências materiais com determinadas propriedades naturais. Nesta medida, processo de trabalho e processo de produzir valor (e mais-valia) coincidem: as relações sociais e históricas se dissolvem na forma natural de existência do capital. O importante a salientar é o fato desta dissolução operar-se no processo real de produção e se constituir numa abstração real: "o processo de produção do capital não se apresenta como processo de produção do capital, mas como processo de produção sem mais, e, diferentemente do trabalho, o capital se apresenta apenas na determinação substancial de matéria-prima e

---

(1) Cf. as análises desenvolvidas por Lucio Colletti, especialmente o ensaio "Marxismo como Sociologia" (in MARXISMO Y IDEOLOGIA, Ed. Fontanella).



instrumento de trabalho. (...) este aspecto não é uma abstração arbitrária, sim uma abstração que ocorre no próprio processo" (Elementos, I, 243).

Por não perceber que a perda das determinações históricas se dá como resultado do próprio processo de produção do capital, é que a Economia Política justificava a sociedade burguesa como uma forma societária natural. Se o capital se define como trabalho objetivado, e este é indispensável a qualquer processo produtivo, a conclusão é lógica: todo trabalho objetivo é capital e o capital é condição natural de qualquer processo produtivo, independentemente das determinações históricas. A leitura dos economistas clássicos, contudo, não é muito diferente de algumas das interpretações existentes do marxismo: se o processo de trabalho elemento comum a todas as formas sociais, o trabalho de investigação científica resume-se na análise que este processo assume na sociedade em questão. Esta forma de ler não problematiza as representações genéricas pois estas, consideradas universais, são tomadas como elementos da teoria geral do materialismo histórico.

#### O processo de valorização

Até o presente, seguindo as trilhas do discurso de Marx, consideramos apenas o aspecto real da produção de capital, o capital enquanto valor de uso. Ao mesmo tempo, e como resultado da análise, os elementos desta forma de produção revelam-se determinações histórico-sociais que se dissolvem no interior do processo produtivo: tornam-se abstrações reais. Em outras palavras, capital e trabalho assalariado tornam-se, na relação estabelecida, formas naturais de existência, despojadas de historicidade. Resta-nos, agora, analisar em que medida

esta perda: historicidade é puramente (<sup>1</sup>).

Os pontos a considerar são os seguintes: o objetivo do capitalista: o converter seu dinheiro em capital é, através da atividade mediadora do trabalho, reproduzir e aumentar seu capital, consumindo trabalho; o trabalho, enquanto sujeito contraposto ao capital, pressupõe uma relação social dada historicamente. O pressuposto e resultado do processo de produção é sempre o capital enquanto modo de existência do valor. Ao percorrer todo o processo, desde a fase inicial da circulação, passando pela produção e retornando à circulação, o capital assume várias formas de valor, vários modos de existência da substância social valor.

Quando o proprietário da força de trabalho e o proprietário do dinheiro destinado a transformar-se em capital encontram-se no mercado, o trabalho consubstanciado na figura do trabalhador só tem valor de uso para o comprador. Para o trabalhador, sua força de trabalho é apenas um meio de assegurar sua sobrevivência; ao proprietário do dinheiro é o único meio de aumentar sua riqueza. A transformação do dinheiro em capital só se realizará na medida em que o trabalho for consumido produtivamente, isto é, desgastando-se no ato de transformação dos meios de produção.

Para o trabalhador, portanto, sua força de trabalho não é meio de enriquecimento e antes de ser vendida deve encontrar-se totalmente separada das condições objetivas de sua existência. Independente dos meios de produção, seu proprietário encontra-se incapacitado tanto

---

(<sup>1</sup>) "Se verá que, também no interior mesmo do processo de produção, este desaparecimento da determinação formal é só aparente." (Elementos, I, 245).

para produzir valores de uso para si mesmo como produzir mercadorias, de cuja venda possa se sustentar<sup>(1)</sup>.

Mas, depois de alienada, a força de trabalho passa a integrar o capital da mesma maneira que os meios de produção o integram. Objetivamente, os meios de produção (que se enfrentam com a força de trabalho) constituem-se em propriedade alheia. Para o proprietário do dinheiro, a força de trabalho é propriedade alheia que deve ser subordinada a seus interesses para realizar seus desígnios, transformar o dinheiro em capital, valorizá-lo.

Estas relações são históricas. Mesmo extemporâneo, o dinheiro só se transforma em capital quando a força de trabalho, através de processos históricos, transforma-se em mercadoria; "o que caracteriza a época capitalista é que a força de trabalho assume, para o próprio trabalhador, a forma de uma mercadoria que lhe pertença, e seu trabalho, a forma de trabalho assalariado. Com isto se generaliza ao mesmo tempo, a forma mercantil dos produtos de trabalho" (K1, 123; Ed. Fondo de Cultura). Se o dinheiro converte-se em força de trabalho, isto é, adquire a mercadoria força de trabalho, é porque a encontra separada dos meios de produção, e o dinheiro pode, então, cumprir suas funções de capital<sup>(11)</sup>.

---

(1) "O trabalho, portanto, não existe como valor de uso para o trabalhador, para ele não existe, pois, como força produtiva da riqueza, como meio ou como atividade de enriquecimento." (Elementos, I, 247).

(11) "A relação de capital apenas surge durante o processo de produção porque ela já existe no ato de circulação, nas condições econômicas fundamentalmente diversas em que se defrontam comprador e vendedor, em sua relação de classe. Não é o dinheiro que, por sua natureza, estabelece essa relação; é antes a existência dessa relação que pode transmutar uma simples função monetária numa função de capital" (K, 2, 35).

Enquanto o processo de produção é tomado apenas como produção de valores de uso, seu objetivo é o valor de uso como tal, como produção voltada para a satisfação das necessidades do trabalhador. O capital, ao se assenhorar do processo de trabalho não visa a produzir valores de uso tout court. Se o faz é porque o valor de uso é a substância material do valor de troca. Mas seu objetivo não se detém aí. No próprio capital está inscrita a necessidade de seu progressivo aumento. Para tanto, é necessário que o capital produza um valor de uso maior, isto é, um valor de troca maior do que aquele que penetrou no seu processo de produção: "na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido pelo puro amor aos valores de uso. Produz valores de uso apenas para serem o enquanto forem substrato material, detentores de valor de troca. Tem dois objetivos. Primeiro quer produzir um valor de uso, que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevada que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor de uso quer produzir mercadoria, além de valor de uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais-valia)" (K1,210/11).

Para atingir seu objetivo é necessário que o processo de produção seja real e total, isto é, chegue até ao produto. Mas esta condição já está pressuposta no início do próprio processo. Para autovalorizar-se é necessário que o capital converta-se em valor de uso de si mesmo e, através do consumo da força de trabalho, e seu auto-consumo, o consumo dos elementos materiais em que o valor se consubstancia: maté

ria-prima e instrumentos de trabalho. É indiferente para o valor o aspecto material do processo de produção. O objetivo é valorizar o valor e, para tal, a única maneira possível é a mediação do processo produtivo. O capitalista adquire por uma determinada soma de dinheiro os meios de produção e a força de trabalho. Seu desígnio é transformar esta soma inicial numa soma maior. Se o valor inicial investido adquire diversas substâncias materiais distintas (instrumentos de trabalho, matéria-prima e trabalho), em nada se modifica a determinação de valor, estas substâncias são apenas modos de existência do valor, pura aparência que não deixa de existir enquanto valor, um ser que, "em seu desaparecimento", se mantém sempre "igual a si mesmo"<sup>(1)</sup>.

O capital dissocia-se no processo em partes quantitativamente diferentes, mas sempre como valores: o valor da força de trabalho (capital variável) e valor dos instrumentos, meios de trabalho e matéria-prima (capital constante). Para Marx, em momento algum do processo de produção o capital perde suas determinações sociais, sua forma social. Ao sair da circulação como capital em potencial, penetra no processo produtivo sob formas diferentes para, finalmente, como mercadoria valorizada, retornar à circulação.

..

---

(1) "Os diversos modos de existência do valor eram pura aparência; o valor mesmo constituía em seu desaparecimento o ser que se mantém igual a si mesmo. O produto considerado como valor, deste angulo não é produto, mas sim valor não modificado, que se mantém idêntico a si mesmo, que só existe em outro modo de existência, a qual todavia também lhe é indiferente e pode ser intercambiado por dinheiro" (Elementos, I, 253).

Digressões: mercadoria e processo de trabalho

Entender as categorias gerais como aparências produzidas pela produção capitalista significa, em termos metodológicos, utilizá-las exclusivamente no interior das relações instituídas na sociedade capitalista. Marcuse define, neste sentido, os limites da filosofia marxista: "a dialética marxista é um método histórico... lida com um estágio particular do processo histórico" (Razão e Revolução).

Ao mesmo tempo que definidas como elementos do método científico, as categorias gerais permitem desvendar a trama de relações ilusórias da sociedade burguesa, produzidas no interior do seu processo produtivo. A importância do método científico para Marx, e a sua legitimidade, descansa na possibilidade de revelar os mecanismos reais da sociabilidade capitalista; a Ciência do Social só pode existir enquanto seu discurso elaborar conceitualmente as representações da prática social. As formas sociais "são precisamente as que constituem as categorias da economia burguesa. São formas mentais aceitas pela sociedade, e portanto objetivas, na qual se expressam as condições de produção deste regime social historicamente dado que é a produção de mercadorias" (K1,41).

A comparação entre mercadoria e processo de trabalho é esclarecedora.

As mercadorias, tomadas em sua imediatez, apresentam dois fatores normalmente considerados de forma unilateral. Os valores de uso, por não revelarem as características sociais das mercadorias, são postos de lado, objetos alheios às determinações formais da Economia Política, valorizando-se o especificamente social, os valores

de troca<sup>(1)</sup>. O seu papel relevante, o de servirem como "veículos materiais do valor de troca" (K1,43), ou seja, sua determinação formal, é esquecido. É deste jogo de relações entre os valores de uso, na sua determinação formal, e os valores de troca que Marx vai buscar a solução para o problema colocado pela teoria do valor: o tertius datur que permite, a um só tempo, expressar a igualdade dos valores de troca e constituir-se em sua substância.

A solução não é encontrada com facilidade; exige um árdua trabalho de abstração: abstrai-se a materialidade das mercadorias, reduzindo-as a produtos do trabalho; como produtos do trabalho abstrai-se o caráter específico e particular dos trabalhos que a realizaram. Agora, todos os trabalhos, pela abstração, são reduzidos a uma "única espécie de trabalho", a trabalho humano abstrato, geral (K1,45).

O valor, definido como representação deste trabalho humano, só pode surgir nas condições impostas pela troca mercantil. Só nestas condições o trabalho representa-se como valor.

A historicidade da representação valor, "abstração histórica", reaparece na análise das formas que assume o processo de troca, elucidando aspectos muitas vezes omitidos pelas interpretações modernas do materialismo histórico.

Tomando duas mercadorias em relação, cada uma delas de-

---

(1) Autores como Hilferding ("La crítica de Böhm-Bawork a Marx") excluem da análise econômica o valor de uso por considerarem, tomando Marx como ponto de apoio, seu aspecto exclusivamente material. Esquecem que o valor de uso também é objeto da Economia Política quando se apresenta como determinação formal. Sobre o papel do valor de uso na Economia Política consultar Roman Rosdolsky (GENESI E STRUTTURA DEL "CAPITALE" DI MARX. Bari, Laterza, 1975) e Karl Korsch (KARL MARX. Paris, Édition Champ Libre, 1971).

sempreha nas is distintos: uma represente a forma relativa do valor e a outra a forma equivalencial. Estas formas "se pertencem, uma à outra, se determinam reciprocamente, inseparáveis, mas, ao mesmo tempo, são extremos que mutuamente se excluem e se opõem, polos da mesma expressão do valor" (K3,56). No jogo das trocas, uma mercadoria deve recorrer à outra para expressar seu valor; neste mesmo jogo estão delimitadas as representações a que a Ciência deve se ater: as mercadorias, no processo de troca, guardam entre si, como semelhança, o fato de serem produtos do trabalho, daí a necessidade de reduzi-las a esta unidade para tornar possível sua comparação. Não obstante, este resultado, aparentemente produto do trabalho teórico, só se realiza no próprio processo de troca.

Na expressão  $A = B$  ou 20 metros de linho = 1 casaca, o trabalho que produziu o casaco é um trabalho útil, concreto, que ao se equiparar ao valor do linho perde sua qualidade útil para se manifestar como trabalho humano, trabalho igual. É só enquanto representante do valor em sua forma natural que a mercadoria casaco, forma equivalencial, pode servir de material para que o linho expresse o seu valor relativo.

A forma "peculiar" do valor, a forma equivalencial, permite portanto trocar diretamente a mercadoria que funciona como equivalente por qualquer outra mercadoria sem perder sua forma natural. Em outras palavras, na forma equivalencial, o valor de uso converte-se em seu oposto; em valor (K1,64).

Atuando como forma equivalencial do valor, o casaco não perde sua forma natural, mas é obrigado, para expressar seu próprio valor, a ser comparado a outra mercadoria a fim de poder referir-se a



si mesmo como valor: "nenhuma mercadoria se relaciona consigo mesma como equivalente, não podendo transformar seu próprio corpo em expressão de seu próprio valor" o que a obriga a "fazer da figura física de outra mercadoria sua própria forma de valor" (K1, 65).

Como equivalente a mercadoria é simples materialização de trabalho humano; o trabalho concreto do alfaiate, materializado no casaco, para atuar como materialização de valor tem, necessariamente, que atuar como trabalho puro e simples. Desta forma, o trabalho concreto do alfaiate "se converte em forma de manifestação de sua antítese, ou seja, do trabalho humano abstrato" (K1, 67).

Estas duas características da forma equivalencial reiteram a historicidade da representação valor. O valor só surge como representação social de trabalho humano abstrato quando os produtos do trabalho assumem a forma mercadoria<sup>(1)</sup>.

Os argumentos de Marx visam expor as contradições entre o valor de uso e o valor das mercadorias. Contradição interna da mercadoria, se expressa através da oposição externa entre as mercadorias no processo de troca: "a contradição interna, oculta na mercadoria, entre

---

(1) Referindo-se à terceira característica da forma equivalencial, Marx afirma: "o produto do trabalho privado só apresenta forma social enquanto reveste a forma de mercadoria e, portanto, a forma de intercambiabilidade com outros produtos do trabalho. Apresenta forma diretamente social enquanto que sua própria forma corpórea ou é, ao mesmo tempo, a forma de sua intercambiabilidade com outra mercadoria ou rege como forma do valor desta... mas isto... só ocorre com um produto do trabalho quando, mediante a relação de valor entre outras mercadorias, reveste a forma de equivalente ou desempenha o papel de equivalente com relação a outra mercadoria" ("La forma del valor", 198).

valor de uso e valor, patenteia-se, portanto, por meio de uma oposição externa, isto é, através da relação de duas mercadorias, em que uma, aquela cujo valor tem de ser expresso, figura apenas como valor de uso, e a outra, aquela na qual o valor é expresso, é considerada mero valor de troca. A forma simples do valor de uma mercadoria é, por conseguinte, a forma elementar de manifestar-se a oposição nela existente, entre valor de uso e valor." (K1, 69/70).

Em seus elementos contraditórios, a mercadoria reflete a relação entre a natureza e o processo histórico: como forma natural, valor de uso criado pelo trabalho concreto, opõe-se à forma social, valor, criado pelo trabalho humano abstrato. A diferença entre um e outro, entre trabalho concreto e trabalho abstrato, manifesta-se também no processo de produção: "vemos que a diferença estabelecida, através da análise da mercadoria, entre o trabalho que produz valor de uso e o trabalho que produz valor se manifesta agora sob a forma de dois aspectos distintos do processo de produção" (K1, 222).

Se a descrição do processo de trabalho aparece como um momento indiferenciado historicamente é porque a natureza geral da produção de valores de uso independe da sociedade capitalista. Daí a descrição envolver os momentos abstratos do processo; porém, a utilização da categoria geral "processo de trabalho", só tem sentido enquanto determinação formal do próprio processo de produção capitalista. Por esta razão, é que o "processo de produção é a unidade imediata entre o processo de trabalho e o processo de valorização, tal como seu resultado imediato, a mercadoria, é a unidade imediata entre o valor de uso e o valor de troca" (Cap. VI, 21).

Se Marx eliminou, na redigção definitiva de O CAPITAL, qualquer tentativa mais sistemática de discussão das representações gerais, esta omissão assenta-se claramente em motivos metodológicos. No dizer de Marx, qualquer antecipação prejudicaria os resultados a serem alcançados: "na mesma medida em que é necessário partir das formas mais simples da sociedade burguesa para apreender seu movimento interno, é necessário, ao mesmo tempo, evitar a trama das aparências na qual as categorias gerais (trabalho em geral, processo de trabalho, etc.) estão implicadas. Estes elementos existem como resultado do processo histórico real e, como tal, são categorias válidas para este processo.

A condição de validade destas categorias só se torna possível quando suas determinações sociais são eludidas. Neste sentido, a investigação versa sobre o ideal porque abandona a história e a teoria é a relação da idéia com a idéia (Colletti, "Marxismo como Sociologia", p.12). Pela mesma razão, o materialismo histórico torna-se um método independente das forças sociais. A crítica de Marx é dialética: de Hegel pode ser compreendida neste sentido: ao generalizar o movimento dialético ao do todo o ser, Hegel transformou o movimento da história numa mera "expressão abstrata, lógica, especulativa" (1).

---

(1) Marcuse, Razão e Revolução, p. 289. Marx, na carta dirigida a Engels (19 de fevereiro de 1858) aponta uma grande diferença entre "aplicar um sistema abstrato e construído em sua totalidade mediante a lógica", como o faz Lassalle, e "fazer progredir uma ciência até o ponto em que possa ser exposta dialéticamente". Ao tratar da genese do dinheiro (Elementos, 1,77) Marx adverte contra a dialética especulativa e idealista: é necessário, diz, "corrigir a maneira idealista de expor (o movimento categorial do dinheiro, CAC), pois dá a impressão de tratar-se de puras definições conceitualistas e da dialética destes conceitos."

Um discurso ambíguo

No discurso esboçado até o momento Marx nos fala dos limites históricos de seu método científico. Procurando delinear a representação dos mecanismos sociais da produção burguesa, o trabalho é categoria central. Ao definir cientificamente a objetiva do sistema capitalista, a produção pela produção, o núcleo estruturador impõe ao discurso da representação os seus limites: a História se define a partir das relações burguesas. É o modo de viver burgues, onde propriedade é sinônimo de fruição, gozo individual que se consegue através do sacrifício alheio, que se compreende e se representa a História. Compreender estas relações, "penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas", é compreender o passado (Marx).

..

O processo de produção do capital significa reprodução da totalidade social. Ao se produzir capital, as relações sociais burguesas são reproduzidas pelo contínuo confronto entre o trabalhador assalariado e o capital. Este confronto pressupõe a figura do trabalhador despojado de suas condições objetivas de existência. De pressuposto, dado histórico a anteceder a relação, a re-produção do capital o transforma em condição de existência do processo social. Reproduzindo-se desta maneira, o modo de viver burgues instaura-se como um modo específico de relação do homem com a natureza. É no mercado que a burguesia encontra disponível a única mercadoria capaz de produzir riqueza. O trabalho, de "possibilidade universal de riqueza", torna-se condição real de existência. Na sociedade burguesa é este modo específico de relacionamento que se sustenta no trabalho produtivo e que define a nova socialidade

instaurada.

Mas se o capitalismo se sustenta a partir destas condições, nas formas sociais pré-burguesas o trabalho não é nem condição histórica, nem pressuposto, mas condição natural de existência. A História contrapõe-se ao que é natural, o trabalho — como condição natural — não define a sociabilidade. Trata-se, portanto, de expor a maneira pela qual o discurso da representação fala de seu próprio passado.

—

No único texto sistemático de Marx sobre as formas pré-capitalistas<sup>(1)</sup>, o ponto de partida é o presente da sociedade burguesa para analisar as formas que a precederam. O trabalhador, separado de suas condições objetivas de produção, será o elemento que permitirá percorrer, retrospectivamente, a história desta separação. Marx não pretende discutir a ordem dos modos de produção, seus pontos de contato, mas simplesmente situar os momentos da pré-história da sociedade burguesa nos quais o trabalhador vai diferenciando-se das suas condições naturais de existência.

A análise das relações econômicas burguesas prescindem da história real desta sociedade. A análise histórica, quando introduzida, é uma exigência da investigação científica: "nosso método põe de manifesto os pontos nos quais tem que introduzir-se a análise histórica" (Elementos, 1, 422).

Como exigência metodológica, as "Formas" discute a história real do passado burgues, exatamente para elucidar a questão teóri

---

(1) "Formas que preceden a la producción capitalista" (Elementos, 1, 433 e seguintes. Os números entre parentesis remetem a este texto).

ca: saber qual o "processo que precede à formação da relação do capital".

.7.

### As "Formas"

Marx situa as diversas formas da propriedade em tres estágios históricos diferentes: o primeiro englobando as formas comunitárias e a propriedade individual; o segundo se refere àquelas situações históricas em que se colocam as relações de servidão e escravidão como pressupostos da comunidade e, finalmente, a situação histórica na qual o trabalhador já não se define mais pela sua união orgânica com a terra e sim pela propriedade do instrumento de trabalho.

Propriedade comunitária: nas primeiras formas de propriedade analisadas, a comunitária e a individual, Marx salienta sua característica básica: a unidade do trabalhador com suas condições objetivas de existência, unicidade independente do processo produtivo. Como proprietário das condições de existência é que os indivíduos se cooperam entre si. Porém, a condição de proprietários não torna social o seu relacionamento: é a comunidade, enquanto tal, que subordina a produção a seus desígnios. A produção, subordinada, sem ter como objetivo a criação de valor, restringe-se a permitir a manutenção tanto do "proprietário individual e de sua família quanto da entidade comunitária global" (433/4).

Na propriedade comunal (cujas formas de realizações históricas são diversas) o primeiro pressuposto é a existência natural da entidade comunitária. O processo real de trabalho subordina-se a este signo natural e as tribos não se instalam num local determinado aproveitando para a pastagem o que vão encontrando. Aqui o pressuposto é a entidade coletiva para a apropriação temporária do solo.

Nesta relação, o comportamento do indivíduo para com a terra se delinea como mediação de entidade global porque a terra é propriedade da família ou da tribo o que, em consequência, leva o indivíduo a se comportar como proprietário só enquanto for membro da comunidade. Estas relações imprimem sua marca ao processo de apropriação real; naturais ou vivinos, estes pressupostos nunca se colocam como resultado efetivo do processo de trabalho (434).

Tendo sempre a relação fundamental como base -- a terra como propriedade da comunidade e o indivíduo como proprietário enquanto membro da comunidade -- a forma comunal pode realizar-se sob a forma asiática, a da propriedade germânica, etc.

No forma asiática, as diversas comunidades efetivas estão subordinadas à "unidade omnicomprensiva" que é a proprietária superior ou a única proprietária. Como única proprietária, a unidade compreensiva é o pressuposto efetivo da propriedade coletiva e o indivíduo se vê desprovido de propriedade. Estar desprovido de propriedade não significa estar separado dos meios de produção, mas sim que o seu comportamento para com as condições objetivas de existência só se realiza através da comunidade representada pelo déspota: seu comportamento está mediado pela "franquia que a unidade global -- unidade que se realiza no déspota como pai de muitas entidades comunitárias -- outorga ao indivíduo por intermédio da comunidade particular" (435).

Auto-suficiente, a forma asiática pode realizar-se de duas maneiras distintas: a) pequenas comunidades independentes, vivendo uma ao lado da outra; nelas o indivíduo trabalha com sua família no lote que lhe foi destinado, ou b) a unidade comunal pode estender-se até in-

cluír o trabalho coletivo e constituir-se num sistema formalizado como no México e Peru ou estar presente na própria comunidade. Neste último caso é o chefe de família tribal ou a relação entre os pais de família que representam a unidade despótica ou democrática da comunidade (436).

Se na primeira forma de propriedade a terra é substância, natureza da comunidade, na segunda forma haverá elementos não naturais, mas históricos que definirão a relação do indivíduo com a comunidade. A terra deixa de ser substância para se tornar território da cidade, a sede dos proprietários. A guerra, apesar de constituir-se na tarefa comum e condição de existência da comunidade, são eliminado o trabalho como condição e pressuposto natural destas comunidades. Ainda que produto histórico, a "comunidade continua sendo a condição prévia" da propriedade do solo. Enquanto proprietários livres e iguais, os indivíduos são proprietários privados da terra que cultivam, mas ao mesmo tempo, a garantia da propriedade e a manutenção da igualdade é o fato dos indivíduos serem membros da entidade comunitária: desta forma, o que é resultado histórico retorna como condição natural de existência.

Este caráter histórico -- "não só de fact, mas também algo reconhecido como tal e que portanto tem um origem" (438) -- é integrado às condições naturais à medida em que é o pressuposto da propriedade do solo, isto é, a relação do sujeito com suas condições naturais de existência, que é dado como algo que lhe pertence.

Na propriedade germânica, terceira forma de propriedade, o indivíduo é proprietário da terra e a propriedade comunitária é complemento da propriedade individual. Aqui também a relação fundamental é o comportamento do indivíduo com a terra. Todavia, a comunidade aparece



apenas como união dos sujeitos autônomos e proprietários de terra e não como unidade. Seu fundamento é a vivenda familiar autônoma. A garantia contra as comunidades hostis, as tarefas necessárias à segurança mútua e os trabalhos religiosos são realizados através da associação ocasional com famílias similares da mesma tribo. A propriedade do indivíduo não é mediada pela comuna, mas esta e a propriedade comunitária — ou *ager publicus*, terra destinada à caça comum, pradarias, reservatórios de lenha, etc. — aparecem mediadas pela relação recíproca dos sujeitos autônomos.

Em todas estas formas de propriedade ressaltam-se as seguintes características básicas: "a apropriação da condição natural do trabalho se dá "não através do trabalho, mas como pressuposto do trabalho. O indivíduo se comporta com as condições objetivas de trabalho simplesmente como com algo seu, tratando-as como natureza incorporada de sua subjetividade, na qual está se realiza a si mesma; a principal condição objetiva do trabalho não se apresenta como produto do trabalho, mas que se faz presente como natureza; por um lado /se dá/ o indivíduo vivente, por outro, a terra como condição objetiva de reprodução deste" (444); o comportamento do indivíduo com a terra é mediado pela sua existência natural como membro da tribo ou da comunidade. Dessa modo, a relação do indivíduo com as condições objetivas de trabalho está, de um lado, sempre mediada pela sua existência como membro de uma comunidade, e a comunidade, por outro, está sempre determinada pela forma de propriedade do indivíduo em relação às condições objetivas de trabalho.

Estas formas de propriedade, cujo fundamento econômico é a propriedade da terra e a agricultura, Marx engloba-as como a estágio

histórico não é um. Nela, o trabalhador é uma entidade objetiva na medida em que se comporta com a terra e com suas condições como com sua propriedade. Naturalmente ligado aos pressupostos do processo de trabalho, para o indivíduo a propriedade da terra significa encontrar na própria terra os "instrumentos e meios de subsistência não criados pelo trabalho" mas pela própria natureza (460). Nesta situação histórica, a) o trabalhador tem uma existência objetiva, independente do trabalho; há unidade do trabalho com suas condições materiais de realização e b) o comportamento do indivíduo para com os outros é mediado pela comunidade. Estas duas características estão presentes tanto nas formas de propriedade coletiva quanto na da pequena propriedade individual; nelas o "objetivo é a manutenção do proprietário individual e de sua família," assim como da entidade comunitária global" como condição de existência da própria comunidade.

A comunidade, portanto, deve reproduzir estes pressupostos naturais como condição de sua própria sobrevivência. Em sua reprodução, os pressupostos naturais condicionam o desenvolvimento da comunidade: "pode dar-se aqui grandes desenvolvimentos dentro de um âmbito determinado" (447).

Mas esta mesma re-produção implica na destruição dos laços comunitários; ao aumentar-se a população e desenvolver-se a produção, as condições nas quais se baseia a comunidade são destruídas: "em todas estas formas, a reprodução das relações pressupostas entre o indivíduo e sua comunidade — relações em maior ou menor grau naturais ou produto de um processo histórico, mas tradicionais — e de uma existência objetiva determinada, para ele pré-determinada, tanto em relação às

condições de trabalho como com relação a seus companheiros de trabalho e de tribo, é o fundamento do desenvolvimento que, em consequência é um desenvolvimento limitado, mas que, ao colocar a superação dos limites, representa decadência e ruína" (446).

..

Encontramos aqui, teórico e praticamente, a impossibilidade de procurar tecer a teia de relações sociais comunitárias a partir da estrutura da produção econômica. Ao condicionar a produção às necessidades sociais comunitárias, o social e o econômico surgem como elementos distintos. As "condições originárias da produção... não podem ser elas mesmas produzidas, não podem ser resultados da produção". O que é necessário explicar é a "separação entre estas condições inorgânicas da existência humana e esta existência ativa, uma separação que pela primeira vez é feita plenamente na relação entre trabalho assalariado e capital" (447).

..

Escravidão e servidão: nestas formas, onde a propriedade da terra é pressuposto da comunidade, não há nenhum processo de separação entre o trabalhador e as condições de existência. Os proprietários da terra não estão mais diretamente vinculados ao processo produtivo, porém, é agora parte da sociedade que é tratada pela outra como "condição inorgânica e natural da reprodução" da outra parte (449). O indivíduo, o trabalhador direto, comporta-se apenas como proprietário no que diz respeito aos seus meios de subsistência.

Produto histórico, suas origens são encontradas nas formas de propriedade comunais cuja base de existência é a guerra; em se -

guida torna-se condição natural de existência da comunidade. A "guerra, um dos trabalhos mais originários de todas estas entidades comunitárias naturais" (461), ao se realizar adultera e modifica sua forma originária, como foram os casos de Grécia e Roma<sup>(\*)</sup>.

Nesta situação histórica — onde o trabalhador é, ele próprio, considerado meio de produção — ainda que pressupondo um certo desenvolvimento da produtividade, os elementos originários da produção se mantem como pressupostos naturais de existência da própria comunidade e a ela se subordina.

A propriedade do instrumento de trabalho: nesta situação histórica, o trabalhador já não está ligado orgânicamente às suas condições de existência naturais, é a propriedade do instrumento de trabalho que o define como trabalhador: "ali onde a propriedade do instrumento é o comportamento com as condições de produção do trabalho como com uma propriedade, o instrumento só aparece no trabalho efetivo como meio para o trabalho individual; a arte de apropriar-se efetivamente do instrumento, de manejá-lo como meio de trabalho, aparece como uma habilidade particular do trabalhador, a qual o põe como proprietário do instrumento" (461). Como exemplo desta forma de propriedade Marx cita as corpora

---

(\*) Referindo-se a Roma, Shotwell afirma que os escravos, a princípio poucos, "foram se tornando numerosos com o progresso no fim da República e no Império, especialmente à medida em que as conquistas se expandiam para além da Itália. Então a economia de Roma deslocou sua base saudável de agricultores proprietários livres e independentes — grandes e pequenas — para o do trabalho escravo nas grandes propriedades. As duas instituições, da guerra e da escravidão, reuniram-se num processo conjunto que parecia naquele tempo marcar o auge da vida civilizada" (HISTÓRIA DE ROMA, p. 112).

ções de ofício medievais.

....

O esboço das diversas situações históricas nos permite estabelecer algumas conclusões: em todas elas a figura social, a relação entre os indivíduos, não está mediada pela relação de produção, pelo contrário, é a produção que se subordina às condições sócio-naturais. O aumento da produtividade só se coloca por elementos externos (não são poucas as referências de Marx ao desenvolvimento do comércio como elemento externo que, penetrando nas comunidades as dissolve) ou por necessidades decorrentes do próprio crescimento natural das comunidades.

Como condição originária, natural, o processo de trabalho volta-se à produção dos valores de uso; como dado natural, mantém-se preso às determinações humanas até o momento em que, rompido o vínculo trabalho/proximidade institui-se a História.

Traçado o esboço histórico, a pré-história revela-se natural. A sociedade burguesa, ao instituir-se como modo específico de produção social, determina sua diferença específica com as formas de produção subordinadas às condições naturais. Ao apreender esta diferença, Marx, distanciando-se de Ricardo, torna impossível a generalização da História: a social, ao se re-produzir, institui a História. Daí o capital, forma social da produção, impor-se como condição de existência da sociedade burguesa. Relegando ao passado as formas naturais de produção, o social define sua pré-história como História Natural<sup>(\*)</sup>.

---

(\*) Giannotti tem razão quando, procurando elaborar uma ontologia materialista, chama de "natural" a sociabilidade pré-capitalista ("O ardil do trabalho"). Mesmo quando uma crítica mais ortodoxa exige de Giannotti uma filiação a Lukacs, é grande a distância a separá-los.  
(cont.)

Mas este discurso não se realiza sem ambigüidades. O "presente como História", de um lado, estabelece as bases da crítica à Economia Política e as delimita no tempo da produção: o que não é produzido não precisa ser explicado ("Formas"); mas por outro lado, estas mesmas formas naturais encontram seu fundamento econômico na produção social: "o fato de que a História pré-burguesa, e cada uma de suas faces, tenha também sua economia e um fundamento econômico de seu movimento, é au fond a mera tautologia de que a vida do homem, d'une manière ou d'une autre, baseia-se sempre na produção social, cujas relações chamamos precisamente relações econômicas" (449).

Esta ambigüidade deve, necessariamente, ser explicada a partir dos pressupostos implícitos à teoria marxista na sua crítica à Economia Política. Pressupostos que, eles mesmos ambivalentes, ora aproximam, ora distanciam Marx da Economia Clássica. Ressaltadas as diferenças entre Marx e a Economia Clássica, busquemos agora seus pontos de coincidência.

A Economia Política constituiu-se, enquanto forma de saber científico, no momento mesmo que se introduziu a análise do capital e do regime de produção como elementos estruturais deste saber. Mas se Adam Smith inaugura o saber da Economia, é Ricardo quem inaugura, em definitivo, suas bases científicas introduzindo no interior do sistema das representações econômicas a possibilidade da História, dissociando as

---

(continuação) Enquanto o primeiro entende o materialismo como o discurso do presente como História, o segundo considera esta teoria um abandono da ontologia marxista pois, segundo Lukacs, transformou o marxismo numa "filosofia social, ignorando ou recusando a atitude que contem com relação à natureza" (Prólogo à edição espanhola de HISTORIA E CONSCIENCIA DE CLASSE, p. XVII).

representação do processo que os gera, o trabalho<sup>(\*)</sup>. Para Ricardo, este novo modo de ver leva-o a conceber a História como imobilidade: no momento em que a produção não puder mais satisfazer as necessidades, "a própria natureza vai limitar-se (por uma estabilização demográfica) e o trabalho vai ajustar-se exatamente às necessidades (por uma repartição determinada das riquezas). Doravante, a finitude e a produção vão sobrepor-se exatamente numa figura única" (AS PALAVRAS E AS COISAS, 340).

Para Marx a História cumpre um papel negativo. Em ambos apresenta-se o mesmo esteio teórico, são as necessidades humanas que, obrigando os homens a produzirem cada vez mais, desenvolvendo dessa forma as forças produtivas, criam as condições para o fim da História.

Ora, é esta mesma estrutura, a da produção, a que marcará o discurso de Marx tanto no que se refere à sociedade burguesa quanto no que se refere às sociedades pré-capitalistas.

O "presente" considerado História impõe sua racionalidade às formas historicamente desaparecidas que, analisadas como desenvolvimento histórico, repetem o jogo da produção e necessidade. Assim, o trabalho, condição natural de existência, ganha qualidades ontológicas ao fundir a sociabilidade mesmo quando esta, paradoxalmente, está determinada pela produção natural. Marcada pela punição bíblica, o homem está destinado ao sacrifício para manter sua própria sobrevivência, daí a estrutura da produção imprimir sua marca à vida humana: daí o marxismo buscar nas categorias burguesas a explicação não só do capitalismo

---

(\*) Michel Foucault, AS PALAVRAS E AS COISAS, capítulo "Ricardo", págs. 331 e seguintes.

como também daquelas sociedades nas quais o trabalho se coloca como condição natural.

As pesquisas antropológicas nos permitem compreender melhor de que forma o trabalho nas sociedades pré-capitalistas messem papéis distintos aos atribuídos por Marx.

Sahlins<sup>(1)</sup>, investigando as sociedades nômades, constata que o trabalho não é um elemento fundamental que condicione a vida comunitária. Um adulto, segundo os cálculos do autor, trabalha no máximo 25 horas semanais na produção de alimentos e a posse é limitada àquilo que as mulheres podem carregar deixando aos homens a liberdade para a defesa da comunidade em suas andanças ou para a caça. Por outro lado, muitos destes povos utilizam o mesmo termo para designar tanto o trabalho quanto o jogo. daí a conclusão de Sahlins: "L'orientation culturelle n'est pas apollinienne, mais dionysiaque, d'est-à-dire bachique ou 'gastrique'" (p.680).

Concebendo o trabalho natural no mesmo esquema de estrutura da produção burguesa — atividade racional orientada a um fim — Marx o torna fundamento econômico da relação social e, com isso, não consegue escapar às formas que a História impôs a seu tempo: "ao nível profundo do saber ocidental, o marxismo não introduziu nenhuma delimitação real; inseriu-se sem dificuldade, como uma figura plena, tranquila, confortável, e, na verdade, satisfatória por um tempo (o seu), no interior de uma disposição epistemológica que o acolheu favoravelmente... e se opõe às teorias 'burguesas' da economia, e se nessa oposição pro-

---

(1) Objeto por demais extenso às pretensões deste ensaio, tomo as observações de Sahlins (Les premières sociétés d'abondance) como exemplo. Bastante interessante são as análises de Clastres (LA SOCIÉTÉ CONTRE L'ÉTAT).



jeta contra a revifavolta radical da História, esse conflito e esse projeto sem por condição de possibilidade não uma revisão da História mas um acontecimento que toda a arqueologia pode situar com precisão, o qual descreveu simultaneamente, sob a mesma chave, a economia burguesa e a economia revolucionária do século XIX. Os seus debates podem levantar algumas ondas e traçar alguns sulcos à superfície, mas não passem de testades num copo d'água." (AS PALAVRAS E AS COISAS, 342).

.-.

DICRESSÕES

Althusser/Ma

Distanciamo-nos das tentações acadêmicas; entre Althusser e Marx os pontos de contato se reduzem à pretensão de ambos fundarem seus sistemas de conhecimento numa estrutura racional. Instituída a Razão como princípio de conhecimento, cessam as semelhanças. Jogo de estruturas que se impõe como result do do processo de produção do conhecimento, a História torna-se Ciência, daí a impossibilidade, para Althusser, de pensar o marxismo como uma leitura hegeliana do real.

Mas se esta leitura tem o mérito de atualizar o marxismo, por outro lado vai ocultar exatamente as suas idiossincrasias ideológicas. Assim, o que torna Marx continuador do pensamento burgues, aparece para Althusser como uma revolução teórica; onde Marx, seguindo os passos da Economia Clássica, vai considerar as entidades objetivas produtivas das representações (como o trabalho), buscando na prática social o critério de verdade, Althusser vai considerar estas mesmas objetividades como produtos do conhecimento científico (ver, por exemplo, as análises e considerações de Althusser sobre a categoria trabalho no prefácio à edição francesa de O CAPITAL).

Não é, portanto, no caso de Althusser, a realidade que impõe a sua estrutura ao discurso de Ciência, mas a ciência que, em sua prática, se impõe como verdade. Desta forma, a racionalidade científica penetra de forma objetiva no discurso de representação e com ele se identifica. Como resultado, o trabalho de Althusser revela-se paradoxal: põe, em toda sua nudez, a natureza ideológica do pensamento marxista.

### Ciência/Racionalidade

Ainda que correndo o risco inerente a toda generalização, podemos afirmar que o mérito de Althusser, a sua missão teórica, reside exatamente em completar o ciclo de evolução da obra marxista, filiando-o à estrutura do saber científico contemporâneo. Isto porque, se no momento mesmo de sua formação o marxismo sofre as influências e os dilemas de seu tempo, cuja consequência é a ambiguidade entre um discurso historicista (e ideológico) e um discurso científico (não menos ideológico), Althusser vem eliminar da estrutura deste saber qualquer possibilidade de uma leitura que o distancie da racionalidade dominante. A ambiguidade se resolve no discurso da Ciência.

..

### História/Produção

Mas, voltamos a insistir, o trabalho de tornar ciência o pensamento marxista não é privilégio exclusivo de Althusser, este apenas realizou aquilo que encontrava-se em germe na obra de Marx. Lembremo-nos apenas que a justificativa do materialismo como concepção científica do mundo é já levada, não teoricamente, mas na prática às suas últimas consequências pelos bolcheviques quando defrontaram-se frente aos problemas da reorganização da sociedade russa. Trata-se aqui, não mais de se fazer a crítica da Economia Política, mas de reorganizar a produção social em novas bases: é onde a Economia Política torna-se tecnologia, a mais extrema racionalização da produção que tem sua garantia no estabelecimento técnico, no fazer racional, emanado do partido político.

Fundando seu modo de conhecer, seu sistema teórico, na estrutura da produção social, e reduzindo as práticas humanas a um

estrutura, o marxismo nos fornece a ilusão de um novo mundo. Ao contrário das utopias renascentistas, a Utopia marxista é a projeção para o futuro, de um mundo fundado na estrutura da produção abundante. Através do trabalho, do desenvolvimento das capacidades materiais da sociedade, o homem cria as condições para o fim da História, quando então ao homem é dada a possibilidade de desenvolver-se enquanto tal. Mas, como toda Utopia, o marxismo simplesmente projeta o reino da liberdade assentado na superação das necessidades sociais, ignorando que estas mesmas necessidades são também elas produtos históricos.

A História, reduzida ao tempo da produção, impõe-se também como priado da carência na sociedade estatizada. Irracional na sociedade burguesa, a produção subordina-se aos desígnios e à vontade daqueles que detem os meios de planejá-la. Plano, partido, Estado: os tres elementos que tornam possível o fim da História!

Se Marx, fiel a seu lema, reduz a História ao priado da produção social e, neste sentido, revela-se continuador da Economia Clássica<sup>(1)</sup>, fazendo com que as categorias da razão penetrem no interior de seu próprio sistema, a operacionalização deste sistema o torna precursor de própria ideologia do contemporâneo mundo tecnocrático. Como institucionalização do plano, é a estrutura do poder partidário que substitui a burguesia para tornar o Partido o elemento que garantirá chegar-se às condições objetivas de superação da História<sup>(2)</sup>.

---

(1) Saurillard, LE MIRROR DE LA PRODUCTION.

(2) O caráter grotesco desta concepção se faz presente no discurso ao XX Congresso do PCURSS de Kruschev quando se estabelece para 1980 o prazo final para a União Soviética abandonar o período de transição e entrar no comunismo. Felizmente, para Kruschev, não haverá qualquer necessidade de se racionalizar os erros das previsões "científicas".

estrutura, o marxismo nos fornece a ilusão de um novo mundo. Ao contrário das utopias renascentistas, a Utopia marxista é a projeção para o futuro, de um mundo fundado na estrutura da produção abundante. Através do trabalho, do desenvolvimento das capacidades materiais da sociedade, o homem cria as condições para o fim da História, quando então ao homem é dada a possibilidade de desenvolver-se enquanto tal. Mas, como toda Utopia, o marxismo simplesmente projeta o reino da liberdade assentado na superação das necessidades sociais, ignorando que estas mesmas necessidades são também elas produtos históricos.

A História, reduzida ao tempo da produção, impõe-se também como primado da carência na sociedade estatizada. Irracional na sociedade burguesa, a produção subordina-se aos desígnios e à vontade daqueles que detem os meios de planejá-la. Plano, Partido, Estado: os tres elementos que tornam possível o fim da História!

Se Marx, fiel a seu tempo, reduz a História ao primado da produção social e, neste sentido, revela-se continuador da Economia Clássica<sup>(\*)</sup>, fazendo com que as categorias da razão penetrem no interior de seu próprio sistema, a operacionalização deste sistema o torna precursor da primeira ideologia do contemporânea mundo tecnocrático. Como institucionalização do plano, é a estrutura do poder partidário que substitui a burguesia para tornar o Partido o elemento que garantirá chegar-se às condições objetivas de superação da História<sup>(\*\*)</sup>.

---

(\*) Raudvil, op. cit., LE MIROIR DE LA PRODUCTION.

(\*\*) O caráter grotesco desta concepção se faz presente no discurso ao XX Congresso do PCURSS de Krushev quando se estabelece para 1980 o prazo final para a União Soviética abandonar o período de transição e entrar no comunismo. Felizmente, para Krushev, não haverá qualquer necessidade de se racionalizar os erros das previsões "científicas".

Lógica/Dominação

Inserido nas determinações próprias do saber racional, o marxismo vai buscar sua fonte de legitimação e justificar o poder (quando o tem) no conhecimento científico do mundo. Como ciência, elimina tudo que não considera essencial e, seguindo as trilhas do saber institucionalizado, só atribui validade ao conhecimento fundado em critérios objetivos. Sensibilidade, intuição só é fonte de conhecimento quando subordinada aos ditames da Razão<sup>(1)</sup>.

Todavia, a crítica à lógica da dominação revela-se, ela mesma ineficaz quando realizada no interior do seu sistema de representações. Não é pois, sem motivos que Bernard Henry Levy constata que o marxismo, apesar de todas as críticas que sofreu, "renasce de suas próprias cinzas", consolidando-se no lugar de abalar-se. Evidentemente a crítica do marxismo, e a todas as formas do pensamento e dos sistemas totalitários do mundo moderno, deve completar-se pela ação. É o marxismo, o primeiro a colocar a necessidade da prática, revela-se também ele, ineficaz diante de movimentos sociais que, recusando seguir os ditames político-partidários se impõem negando, de um lado, as teorias ditas revolucionárias fundadas na estrutura da representação, e, por outro, contestando as estruturas de poder onde estes se enraizam de forma particular. Estes movimentos, no momento mesmo em que exigem serem ouvidos, em que denunciam as formas sutis de dominação, à condição de serem radicais, minam as bases da estrutura de poder e se mostram na sua diferen-

---

(1) Sem se pretender exaustivo ou completo, oferecemos no "Apendice" o discurso do saber contemporâneo que, opondo-se ao saber instituído fornece, talvez, a única opção às estruturas totalitárias do mundo contemporâneo.

ça, naquilo que tem de não essencial para a sociedade contemporânea.

..



APÊNDICE :

SABER E CONTEMPORANEIDADE

Esta narrativa é uma ficção, não um testemunho (...). Trata-se portanto aqui de uma realidade estritamente material, isto é, sem qualquer valor alegórico. O leitor, por isso, é convidado a aceitar as coisas, os gestos, as palavras, os acontecimentos que lhes são contados, sem procurar dar-lhes outra significação que a da sua própria vida ou própria morte.

A.B. Grillet

O Discurso da Contemporaneidade

Os discursos de Marx/Althusser colocaram seus limites. O conhecer, fundado na estrutura da representação, revela-se momento particular da História. À luz da contemporaneidade as verdades revelam-se partes ambíguas e contraditórias do mundo racional. Junto com a razão, a intuição, a sensibilidade e o irracional ocupam lugares estratégicos no modo de vida do século XX. O marxismo, produto do século XIX, "é o último fruto podre do capitalismo" (Artaud).

.-.

A Arte, levada às suas últimas consequências, de-constroi a representação do mundo; revela o saber como fazer. Crítica radical, a prática artística nos coloca frente ao novo, torna-se crítica perpétua: "o importante é a maneira do artista reagir, não à sua situação social, mas à situação que o capitalismo colocou sua própria atividade. No lugar de continuar produzindo formas unificadoras, reconciliadoras, a atividade do artista torna-se de/construção, atividade inevitavelmente crítica. Toda política, toda atividade crítica, a melhor, a mais radical, realiza-se através da forma. O aspecto formal — o mais diretamente plástico no que concerne à pintura ou à fotografia, ou mesmo ao filme — é a atividade mais revolucionária"

J.F. Lyotard -

...-

Depoimento de Jackson Pollock sobre a Action Painting:

PINTAR É UM MODO DE SER

.-.

Acredito cada vez mais que a sociedade na qual nós vivemos, se ela tiver alguma coerência e interesse, será uma sociedade de jogo. As pessoas deverão aprender a jogar. No momento actual isto escandaliza. Quando Cohn-Bendit disse: 'A revolução é um jogo', todos os bons espíritos da esquerda se escandalizaram, como se tivessem escutado sobre o soldado de chumbo. Não me interessa pela revolução ou pela política enquanto ela. Quando vejo nossos amigos se apaixonarem pela teoria política eu desconfio. Meu sonho é chegar a uma sociedade onde os bens de consumo sejam produzidos em grande quantidade e com pouco esforço humano. Uma sociedade onde se terá tempo para jogar.

Aprender a jogar com as obras. O que a pintura moderna conseguiu, mesmo esta pintura já um pouco ultrapassada feita de garrufos de Coca-Cola, foi exactamente mostrar ao espectador que ele poderia jogar. Um quadro moderno é um convite directo ao jogo.

Destruir os bens de consumo? Claro que não. Torná-los super-abundantes, não. Retornar a uma espécie de moral puritana como se faz na China, no momento actual? Evidentemente não! Ao contrário, inundar a sociedade de produtos de consumo de tal forma numerosos que eles não tenham nenhum valor: neste momento eles deixarão de ser alienantes. Então começa-se verdadeiramente a jogar.

A.R.Grillet

..

Para nós, o intelectual deixou de ser um sujeito, uma consciência representante ou representativa. O que afirma a sua luta desce para de ser representado seja por um partido, seja por um cidadão-to que se arrogaria, por sua vez, o direito de ser sua consciência. Quem

fala e quem atua? É sempre uma multiplicidade, inclusive na pessoa, que fala ou que atua. Somos todos grupúsculos. Já não existe a representação, não há mais que ação, ação de teoria, ação de prática em relações de conexão ou de redes.

Gilles-Deleuze

.7.

Johns estava trabalhando. Tinha encontrado um mapa impresso dos Estados Unidos, representando apenas os limites entre os Estados. (não era um mapa topográfico, com rios ou estradas). Sobre o mapa havia traçado uma geometria, que ele copiou na tela, aumentando-a. Isto feito, copiou o mapa a mão livre, preservando cuidadosamente as suas proporções. Então, mudando o ritmo, começou a pintar rapidamente, com acrílica, de repente, aqui e acolá com o mesmo pincel, mudando pincéis e cores, e se balanceando no mesmo tempo em todos os lugares, em vez de começar pintando num ponto, terminando-o e passando para outro. Parecia que ele estava atacando a tela toda, sem chegar a resultados algures e, quando isto feito, repetendo-a novamente, e, novamente, de maneira irregular. E assim por diante. Usando, uma ou outra vez, estêncils, colocava o como de um Estado ou a sua sigla, e que não representava, em absoluto, uma realização, pois, à medida que continuava a trabalhar, tinha frequente-mente de refazer o que já fizera. Algo tinha acontecido, e que quer dizer que alguma coisa não tinha acontecido. E isso necessitava de repetições, Colorado, Colorado, Colorado, que não sendo as mesmas coisas, pois eram de cores diferentes, colocadas em diversos lugares. Perguntou-lhe em quantos processos estava engajada. Concentrou-se para responder e falando simplesmente, disse: "É tudo um só processo".

O Surrealismo legitimou artisticamente o subjetivo como base. No mesmo tempo em que desenvolveu uma técnica para sua exploração. Baseado na idéia freudiana de livre associação, formulou sua técnica em termos de automatismo. Transportado para os Estados Unidos, esse movimento conseguiu criar um clima difuso de adesão ideológica e uma possibilidade direta por parte da cultura americana. Desse modo, difundiu a idéia de liberdade total, de aceitação do fortuito, do casual elevado a norma. Conseqüentemente, pintar deveria ser uma técnica desenvolvida automaticamente, seguindo apenas os impulsos.

Sobre J. Pollock (Mestres da Pintura)

.-.

Todos aqueles, que na nossa história tentaram contornar essa verdade do saber, e colocá-la em questão contra a verdade, justamente onde a verdade empreende justificar o proibido, de definir a loucura, todos aqueles, Nietzsche, Artaud, Bataille, devem nos servir sem dúvida como ídolos ilustres para o trabalho de todos os dias.

M. Foucault

.-.

O mito do artista como espectador crítico foi superado pelo homem que se liberta pela produção artística.

Glauber Rocha

.-.

Porque a linguagem é necessária quando a Arte, por assim dizer, já está em si mesma? "Qualquer bobo pode dizer que aquilo é uma vassoura". As roupas (convenções) estão por baixo. O quadro está tão nú como no dia em que nasceu.

John Cage

para cego a música não é só um método  
de compor sons (e silêncios)  
mas um meio de refletir  
e de abrir o cabeça do ouvinte  
para o mundo (até para tentar melhorá-lo  
correndo o risco de torcer as coisas piores)  
com um método a qualquer pré-determinação  
em música  
cego propõe o imprevisível como letra  
um exercício de liberdade  
que ele gostaria de ver estendido à própria vida  
pois "tudo o que fazemos"  
(todas as cores, ruídos e não-sons incluídos)  
"é música!"

Augusto de Campos

.-.

O Destino, tal é o nome que aplicamos à infinita operação  
incessante e milhares de causas entrelaçadas.

Jorge Luis Borges

.-.

Perante esses mitos modernos, duas atitudes são possíveis:  
condená-los em nome de valores admitidos (condenar as fotos eróticas  
em nome do "verdadeiro amor", ou mesmo do "verdadeiro" erótico, aquele  
da profundidade, do patético e da culpabilidade); mas essa condenação  
moral é apenas uma atitude de fuga, um refúgio no passado. Ou então es-  
sumi-los e, esquecendo sua vulgaridade de imagens da moda, reconhecer

que possa atingir o chão. É muito melhor, quem diz, me sentar, e não no lugar de fechar os olhos escondendo-me nosa, mas-me a possibilidade de jogar com elas.

A.B.Grillet

.7.

Minha pintura não nasce sobre um cavalete. Vou-a fazer, antes de começar a pintar, estico a tela. Prefiro fixá-la sem moldura na parede ou colocá-la no chão: necessito de algo resistente, de uma superfície dura. No chão sinto-me mais à vontade, mais perto, mais uma parte do quadro, porque posso andar no vazio, trabalhar pelas quatro ladeiras e colorir liberalmente dentro do quadro. É um pouco o contrário usado nas certas famílias da ocidente que decoram com a parede.

J. Colback

.7.

Há várias maneiras de melhorar nosso jogo de xadrez. Uma delas é retrair-se, quando se torna evidente que foi um lance infeliz. Outra, é aceitar as consequências do jogo, com mais desenvoltura que sejam; John escolhe esta última maneira, mesmo quando lhe é oferecida a primeira. Quando se tem um desentendimento com alguém; examina a situação e procura a melhor decisão moral. Então prossegue, e se a direção a um instante chega ao fim. Quando tudo o mais fracassa (e já tomou a precaução de estar preparado para isso), faz uma obra de arte substituída do que quiser.

John Cage

.7.



A good artist tells how we feel our proper  
representation.

## II. Rosenberg

.7.

Percussion music is revolution. Sound and rhythm have  
too long been submissive to the restrictions of nineteenth century  
music. Today we are fighting for their emancipation. Tomorrow, with  
electronic music in our ears, we will hear freedom... At the present  
stage of revolution, a healthy lawlessness is warranted. Experiment  
must necessarily be carried on by hitting anything -- tin cans, rice  
bowls, iron pipes -- anything we can lay our hands on."

John Cage

.7.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. - ESTRUTURALISMO. Antologia de textos teóricos. Lisboa, Martins Fontes, s/d.ta.
- ALTHUSSER, L. - LEŶINE E A FILOSOFIA. Lisboa, Ed. Scl. nos, 1970.
- " - "Sur le travail théorique" in LA PENSÉE, nº 133, Mars-Avril 1972. (SLT).
- ALTHUSSER, L. e BALIBAN, E. - PARA LER O CAPITAL. Séclo XXI, 1970, 2a. edição, Cidade do México (PLC)
- BALIBAN, E. - "Sur le matérialisme historique" in SEMI-FONDÉS DU MATÉRIALISME HISTORIQUE. Paris, Mapperc, 1974.
- BAUDRELLARD, J. - LE MIROIR DE LA PRODUCTION. Paris, Castermann, 1973.
- COUTINHO, Carlos Nelson - O ESTRUTURALISMO E A MISTÉRIA DO TRABALHO. Rio, Paz e Terra, 1972.
- COLETTI, Lucio - IDEOLOGIA Y SOCIEDAD. Barcelona, Editorial Fontanella, 1968.
- ENRIQU, E. - "Prólogo à primeira edição do livro: II de O CAPITAL" in EL CAPITAL. Fondo de Cultura Económica, México, 1971, 2a. edição, pp. 7/82.
- FRANZONI, M. - O - AS PALAVRAS E OS GESTOS. Lisboa, Martins Fontes, s/d.ta.
- FRANZONI, Marc - "Althusser's Marxism: an account and assessment" in NEW LEFT REVIEW, nº 71, Jan./Feb., 1972.
- GIANNOTTI, J. - Escrivista à Revista TRAB/FORM/AÇÃO. Assis, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1974.
- "Entre Althusser" in REVISTA TEÓRICA E CRÍTICA, 3, abril 68.
- "Ordil do trabalho" in ESTUDOS CERRAS, 4, abril/junho 70.
- HELFERDING, E. - "La crítica de BB ha-Bawark a Marx" in SUDBY, Carl (ed.) - ECONOMIA MERCANTIL E ECONOMIA MARXISTA. São Paulo, UFR.
- KOSICH, Karl - KAGL MARX. Edición Obra Libro, Paris, 1971
- LUKACS, G. - HISTORIA Y CONSCENCIA DE CLASSE. São Paulo, Paz e Terra, 1967.
- MARX, Karl - O CAPITAL. CRÍTICA DA ECONOMIA POLITICA. Editor. Abril, vol. de Paz e Terra, 1974, 1a. edição.
- O CAPITAL. DCE, Mexico, 1968.
- O CAPITAL. Civilização Brasileira, Rio, 1975.
- O CAPITAL, libro I, Capítulo VI (Trabalho). Séclo XXI, Córdoba, 1974 (Cap. VI).
- "Fragment de la version primitive" in CONTRIBUTIONS À LA CRITIQUE DE L'ECONOMIE POLITIQUE. Paris, Ed. Sociales, 1972 ("Fragment")
- ELEMENTOS FUNDAMENTALES PARA LA CRITICA DE LA ECONOMIA POLITICA. Séclo XXI, Buenos Aires, 1973 (Elementos)

- LEFEBVRE, Clotilde - "Da minha viagem de Ilhéus para o Mato Grosso" in 11 ANUÁRIO DE LINGÜÍSTICA BRASILEIRA, 2, Rio, 1971.
- LEFRANS, João Osório de Moraes - "Linha de Origem de Diálogo de Três Ibas" in REVISTA BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA, 3, abril de 1970.
- MEYER, Marcel - "Mes premières expériences d'abandon" in LES ÉTUDES NOUVELLES, Paris, 1960.
- SCHEIDT, Alfred - IL CONFINO DI SINTESI IN ITALIANO, Padova, 1967.
- WILMIRA, Paulo - DO LADO DA SINTAXA (um estudo crítico do texto de Almeida), Rio, 1970.
- SWOTWELL, R. - HISTÓRIA DE ROMA, Zahar, Rio, 1964.
- WODOLSKY, C. - GRAMÁTICA DESCRITIVA DEL "CAPITULO" DE MARCO TULLIO, Rio, 1970.

### OUTROS

As informações contidas no Apêndice foram extraídas das seguintes fontes:

- BALDISSER, C. - A ROMA ANTICA, São Paulo, Paracelázi.
- DORVILLE, Jorge Luis - HISTÓRIA UNIVERSAL DE LA LENGUA, Ginebra, Buenos Aires.
- JACQUES COLLODOR (1910/1986), col. Revue de Linguistique, Société Culturelle, novembro de 1970. Sua identificação com o autor do texto introdutório.
- Revue de LINGÜISTIQUE, Paris, 1971.
- OLSON, John - "First Consonantism (in Greek)", 1972, Journal of Linguistics 8: 67-69.
- Revista ATILAVEL, São Paulo, Editora Dom Edições, 1/1/71.